Ata da 2ª Reunião Extraordinária de 2006 CIB - Comissão Intergestores Bipartite

1 2 3

4 5

6 7

8 9

10

11

12

13

14

15 16

17 18

19 20

21

22 23

24

25

26 27

28 29

30 31

32

33 34

35 36

37

38

39

40

41 42

43

44

45 46

47 48

49

50

51

Ao vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, na Sede da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB, 4ª Avenida, Plataforma 06, lado B, no Auditório Dr. João Falção Fontes Torres, Centro Administrativo da Bahia, com as presencas dos Senhores Membros da CIB, Dr. José Antônio Rodrigues Alves - Secretário da Saúde e Coordenador da CIB, Dr. Odilon Cunha Rocha - Coordenador Adjunto da CIB e Presidente do COSEMS, Virgílio Figueiredo Abreu, Maria Nita Pinheiro Ferraz, Maria Conceição Oueiroz Oliveira Riccio, Maria do Carmo Tambone de Almeida, Luis Eugênio Portela Fernandes de Souza, Lenise Lopes Campos Estrela e dos Suplentes Lealdina Chaves de Barros, Rosa Virgínia Fernandes e Denise Lima Mascarenhas. Às 09h30min, havendo número legal, o Senhor Coordenador declarou aberta à sessão, passou a palavra para Candice de Almeida Rocha Lêdo, Secretária Executiva da CIB, para leitura dos expedientes: 1.1 Projetos com parecer favorável da Área Técnica de Saúde Bucal: a) CEO Tipo I com LRPD dos municípios de Mairí e Wenceslau Guimarães; b) CEO Tipo II com LRPD dos municípios de Morro do Chapéu e Candeias; c) CEO Tipo II dos municípios de Nova Canaã e Utinga; d) LRPD do município de Senhor do Bonfim; e) Continuidade do Servico de Prótese Dentária, realizado na Unidade Mista de Saúde, Dr. Pedro Américo de Britto, no município de Amélia Rodrigues. 1.2 Projetos de Cirurgias Eletivas com parecer favorável da área técnica, dos municípios de: Teixeira de Freitas, Barreiras, Cruz das Almas, Porto Seguro e Irecê. Foi acordado entre os membros da CIB, que tendo em vista a não realização de algumas CIBs Macrorregionais, e para não atrasar os processos dos municípios, seriam aprovadas as demandas que já se encontram na casa através de resoluções ad referendum e que na próxima CIB Estadual e nas CIBS Macrorregionais seriam feitos informes das publicações. Dando início a pauta do dia, convidou Dra. Iracema Paim para apresentação da proposta da política dos HPP - Hospital de Pequeno Porte, que iniciou mencionando que a idéia é de reapresentar o que foi apresentado na última CIB ordinária, onde o conceito é rever a forma de como estava sendo assumida a contratação e a proposta do HPP em função de adotar a proposta do HPP de dois mil e quatro. Pontuou que a maioria dos municípios teve uma redução da produção em função de auditoria. Explicou que proposta era de manter a proposta do HPP, com o valor de cinco por cento vezes o valor de um leito, onde se esse valor fosse menor, não seria levado em consideração a produção de dois mil quatro e sim a de dois mil e seis para não prejudicar os municípios. Arrazoou que com isso, o Estado terá que alocar recurso além da contrapartida paritário do Ministério Público, para chegar no teto de dois mil e quatro que atualmente não é pago mais. Mencionou que existem municípios que terão perdas. Falou que são municípios que são credenciados, que não irão ficar só com o valor proposto para o HPP, que ficará proposto na segunda portaria, que é manter a correção e que para manter essa correção será preciso alocar mais recursos. Citou ainda que é preciso discutir o que será feito em relação à PPI, em relação à negociação do recurso federal para o teto fixo. Pontuou que foi feita uma proposta de que os municípios que ficarão com o HPP, em relação ao teto da PPI, eles não ficariam com a integralidade do teto, porque já terão o recurso para o financiamento do HPP. Explicou que ficou claro que a idéia era que não seria correto retirar todo o recurso da PPI que o município tem, que ele tenha pelo menos trinta por cento desse recurso para poder negociar com o pólo ou com um município de referência que faça aquilo que não é satisfatório dentro das três especialidades. Lembrou que não houve consenso no grupo paritário formado, COSEMS e SESAB, para discutir e fechar uma proposta acerca do tema. Citou que foi recebido um grupo do COSEMS para uma discussão, mas que ninguém do COSEMS trouxe uma contraproposta. Seria iniciada a mesma apresentação que foi apresentada na reunião da última CIB ordinária. O Senhor Coordenador perguntou porque seria apresentado tudo de novo já que não houve consenso. Não houve uma nova apresentação e foi dado início à discussão. O Senhor Coordenador salientou que era preciso encaminhar, já que não houve consenso no grupo de trabalho constituído para esta discussão. Colocou que se já existem vinte e um municípios, que a maioria já teve portaria do Ministério publicada deve ser dada uma decisão e que se pararia o processo em relação aos demais municípios, e com isso se destrava o processo da revisão da PPI/2003 de internamento. Perguntou se estava claro, se dentro dos vinte e um municípios, os que têm distorções de auditoria, serão feitos ajustes após a auditoria. A proposta foi que; fosse aprovado os vinte e um que já estão com contrato, que fosse feita a inserção na PPI e que para os outros, o Estado solicite a CIB que seja feita uma revisão da proposta. O Senhor Coordenador informou qual seria o impacto no teto do estado da proposta que seria feita a partir deste momento. Ficou aprovado por consenso que só seria feito para os 21 municípios com contratos assinados com a SESAB, e que para os municípios que possuem unidades novas vão ficar com o recurso do HPP (metade ministério da saúde e metade SESAB) e até 30% dos seus recursos da PPI para referência nas três clínicas e o valor integral que dispõe para cirurgia; os municípios que possuem unidades com produção ficaram com seus valores de referência da PPI/2003. Houve consenso da proposta. Em seguida agradeceu a presença de todos, declarou encerrada a sessão, e agendou a próxima reunião ordinária para o dia 23 de novembro de 2006 no Auditório João Fontes Torres. Não havendo mais o que tratar, eu, Candice de Almeida Rocha Lêdo, lavrei a presente ata, que será assinada pelos Senhores Membros, após lida e aprovada. Salvador, 25 de outubro de 2006.

62	José Antônio Rodrigues Alves
63	Suplente: Lealdina Chaves de Barros
64	Odilon Cunha Rocha
65	Virgílio Figueiredo Abreu
66	Maria Nita Pinheiro Ferraz
67	Maria Conceição Queiroz Oliveira Riccio
68	Maria do Carmo Tambone de Almeida
69	Suplente: Rosa Virgínia Fernandes
70	Luis Eugênio Portela Fernandes de Souza
71	Lenise Lopes Campos Estrela
72	Suplente: Denise Lima Mascarenhas